

Opinião

Comércio em transe

José Alfredo Graça Lima



O comércio mundial cresceu em 2017 no mais acelerado ritmo, tanto em termos de valor como de volume, desde a eclosão da crise financeira de 2008. Foi da ordem de 4,7% o crescimento do volume do intercâmbio internacional de bens, superior em 1,8% ao do ano anterior. E o valor em dólares das exportações de mercadorias atingiu a cifra de US\$ 17,7 trilhões, 11% acima do que a registrada em 2016. Quanto ao comércio de serviços, o crescimento foi de 7,4%, correspondendo a US\$ 5,25 trilhões de dólares.

Esses números superaram expectativas e podem ser creditados, em boa medida, a fatores cíclicos, tais como o aumento do fluxo de investimentos, especialmente na economia americana, e a implementação de medidas destinadas a facilitar o comércio tanto de bens quanto de serviços. Uma maior demanda no mercado doméstico do Japão assim como uma saudável estabilidade no crescimento do

PIB da China e da União Europeia também explicam o desempenho positivo da demanda global. O ritmo mais elevado das exportações de mercadorias em comparação com o de serviços se deveu em parte aos preços mais altos das commodities no período.

A região que mais contribuiu para o desempenho do comércio mundial em 2017 foi a Ásia, com as exportações de bens crescendo nada menos que 51%, e as importações registrando um aumento de 60%. América do Sul, América Central e Caribe experimentaram expressiva recuperação no seu comércio importador, com o que o crescimento do comércio global no ano que passou foi regionalmente mais equilibrado do que em qualquer época desde o início da crise financeira.

São favoráveis os prognósticos para o ano em curso e também para 2019, mas uma expansão das trocas globais vai depender de políticas monetárias, fiscais e comerciais que os governos nacionais venham desde logo a adotar.

Parece haver um claro entendimento por parte dos membros do G-20 de que orçamentos ajustados e juros baixos têm um impacto positivo sobre a economia real e, por conseguinte, sobre o comércio exterior. Mas os fatores que impediram a conclusão exitosa da Rodada Doha — somados ao crescente recurso e às crescentes ameaças a medidas de política comercial restritivas — geram incertezas e podem contribuir

para que ciclos de retaliação prejudiquem o comércio global e o próprio crescimento do PIB.

Como assinala Paulo Mesquita, já no início do século XXI a emergência de novos atores criara nas negociações multilaterais uma dinâmica diferente, em termos de círculos decisórios, requisitos de transparência e expectativas. Além disso, o ambiente na década passada se tornara menos propício para a diplomacia comercial do que nos anos 90. Por fim, a crise financeira e econômica que eclodira em 2008 influiu na disposição dos países para assumir compromissos que reduziriam sua autonomia para a condução da política econômica.

Ao começar a presente década, o mais concreto desafio ao fortalecimento da OMC parecia ser de ordem externa, na forma de uma desmesurada ampliação de acordos preferenciais, regionais ou não. Relatórios da época dão conta de um incremento nas medidas protecionistas, o que se atribuía ao fato de que a economia mundial ainda não superara a mais grave crise em escala global desde a Grande Depressão.

Mas tais acordos não são, nunca foram e nunca serão uma alternativa efetiva ao sistema multilateral de comércio, e sim, conforme Paulo Estivallet de Mesquita em “A Organização Mundial do Comércio”, “um complemento interessante, que pode adquirir maior relevância como consequência, e não como causa, da eventual incapacidade da OMC de se adaptar às novas

realidades e acompanhar o dinamismo do comércio mundial”.

O desafio representado pelas medidas recentes são de outra natureza. Lembrem, em alguns aspectos, aquelas que se tomavam nos anos 80, unilateralmente ou com o “consentimento” da parte afetada, para fazer face ao aumento das importações de um produto que estivesse causando dano à indústria doméstica. Sua precária base legal, para que a parte aplicadora não precisasse cumprir as exigências do Acordo de Salvaguardas, consistia na proteção de “interesses essenciais de segurança”.

A crise requer coragem e moderação para resistir ao protecionismo e retomar o processo de liberalização do comércio

No fundo, independentemente da retórica empregada, é o excesso de capacidade de oferta global de certos produtos que acaba por deprimir preços e levar os governos a atender demandas por medidas compensatórias, antidumping ou, como tem sido recentemente o caso, tarifas elevadas, acima dos níveis consolidados na OMC.

Em documento intitulado “China’s trade-disruptive economic model”, assinalam as autoridades norte-americanas que vigora na República Popular da

China um modelo econômico desenhado e liderado pelo Estado que impõe custos substanciais aos membros da OMC. Segundo o texto, a China exerce uma liderança incontestável em matéria de excesso de capacidade de oferta não apenas em produtos siderúrgicos, mas ainda em cimento, alumínio eletrolítico, construção de navios e outras áreas.

Os principais parceiros dos Estados Unidos apreciarão os argumentos expostos com relação a políticas e práticas chinesas, que estariam em desacordo com os princípios e objetivos da OMC, mas na medida em que seus próprios direitos de acesso ao mercado norte-americano têm sido desrespeitados, veem-se obrigados a retaliar e, assim, contribuir para uma elevação de custos que poderia assumir escala global, com inflação de preços, políticas monetárias contracionistas e desaquecimento da economia.

A crise requer moderação e coragem política para reverter o quadro de incertezas vigente, resistir às pressões protecionistas e retomar o processo de liberalização do comércio, responsável pelos ganhos inestimáveis em termos de paz, segurança, progresso econômico, erradicação da pobreza e redução das desigualdades no mundo inteiro.

José Alfredo Graça Lima foi diplomata de carreira, é perito da OMC e consultor para comércio internacional de Levy & Salomão Advogados